ISSN: 2358-8829

O IMPACTO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS

Maria Clara Alcântara Oliveira [1]
Flávia Manuelly Marques Ferreira [2]
Antonio Nunes de Souza Filho [3]
Pablo Thiago Correia Moura [4]

INTRODUÇÃO

1. O direito à educação das pessoas privadas de liberdade: fundamentos legais e teóricos.

A educação é um direito assegurado a todos os cidadãos brasileiros de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, esse direito permanece válido mesmo para às pessoas que estão privadas de liberdade, uma vez que, a pena recai na privação da liberdade, mas não implica a perda de demais direitos fundamentais, como o direito ao acesso à educação. Como reforça Cunha (2010, p.160) "somente com oportunidades concretas de reinserção social, enquanto sujeitos de direitos, é que será possível a cada um dos detentos construir novos caminhos e a educação vai ser a peça-chave para essa reinserção".

Em 2025, um detento do Sistema Prisional do Estado da Bahia alcançou uma pontuação de 800 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL). De acordo com a reportagem publicada no G1, o detento participou de atividades de reeducação do sistema prisional, o Universidade Para Todos (UPT), realizado pela Seap e pela Secretária de Educação do Estado, além disso, outros 60 internos de unidades prisionais do estado alcançaram notas superiores a 650 pontos na redação do Enem PPL. Esse dado demonstra o quanto políticas públicas educacionais voltadas para pessoas privadas de liberdade podem gerar resultados, mas também comprova a importância dos trabalhos desenvolvidos pelos professores dentro do sistema prisional (G1 BA, 2026).

Além de ser um direito garantido na Constituição Federal de 1988, outro marco para educação carcerária foi a Lei de Execução Penal (LEP) - Lei nº 7.210/1984. A assistência educacional é abordada por essa lei do artigo 17 ao 21, o artigo 17 garante a instrução escolar e a formação profissional do preso, enquanto o artigo 18 determina a obrigatoriedade da oferta do ensino fundamental. O artigo 19 estimula a oferta de uma

formação profissional para iniciantes ou aperfeiçoamento para quem já possui alguma formação técnica, alternativa que promove uma melhor qualificação profissional para os detentos. Além disso, o artigo 20 estabelece como forma de ampliar a rede de ensino carcerária, que as atividades educacionais possam ser realizadas por entidades públicas e particulares, com o objetivo de aumentar a oferta educacional em presídios (BRASIL, 1984). Ainda como forma de qualificar o ensino, no artigo 21 é estabelecido a necessidade de uma biblioteca em todas as instituições penais, garantindo aos presos um local de pesquisa e estudos. Ademais, o estabelecimento do ensino médio nas penitenciárias foi consolidado ainda mais pela Lei nº 13.163 que alterou a Lei de Execução Penal, determinando a obrigatoriedade da oferta do ensino médio nos sistemas carcerários (BRASIL, 2015).

Outro grande marco dessa educação foi a Resolução CNE/CEB nº 3, de 11 de março de 2009, e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010, que dispõem sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Essas resoluções garantem às pessoas privadas de liberdade o acesso à educação por meio da modalidade Educação de Jovens Adultos (EJA). Além disso, os documentos também estabelecem que a organização pedagógica deve proporcionar currículo, carga horária, certificação e avaliação equivalentes aos oferecidos contextos escolares tradicionais, além de incentivar a articulação entre as políticas públicas de educação, administração penitenciária e demais órgãos públicos, com objetivo de garantir a concretização do direito à educação (BRASIL, 2009).

Ao passo que a Lei de Execução Penal garante o direito à assistência educacional para pessoas privadas de liberdade, o Decreto nº 7.626/2011 representa outro avanço voltado à efetivação desse direito. Neste decreto é criado o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional (PEESP), com objetivo de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais, além de promover a formação e capacitação de professores que atuam nesse ensino. Com esse Decreto evidencia-se mais uma vez a importância da garantia da educação carcerária, mas também reconhece a necessidade de políticas públicas voltadas para a formação continuada de profissionais de educação atuantes nos sistemas carcerários, promovendo ainda mais uma educação qualificada (BRASIL, 2011).

As legislações apontadas demonstram que no decorrer dos anos foram realizados avanços para garantir o direito à educação para pessoas privadas de liberdade. Entretanto, a existência desse arcabouço jurídico, por si só, não garante a efetivação dessas políticas

públicas. A qualidade e efetividade desse ensino está diretamente relacionada à atuação de professores, que são os responsáveis pela construção e mediação do conhecimento, tornando-se extremamente necessário a promoção de uma formação adequada. Nesse contexto, como explicam Silva e Freire (2024, p. 88), "garantir ao graduando a perspectiva de diferentes lugares nos quais o saber pode ser compartilhado também deve ser parte da sua formação enquanto pedagogo".

2. A oferta educacional no sistema prisional: modalidades e possibilidades de ensino.

Apesar dos avanços na legislação conforme citado no tópico anterior, a oferta educacional para pessoas privadas de liberdade no Brasil não segue um currículo exclusivo, elaborado especificamente para o contexto prisional. O atual currículo existente baseia-se no mesmo presente para Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme previsto no artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). O documento que define essa política em âmbito nacional é o Decreto nº 7626, de 24 de novembro de 2011, que estabelece o Plano Estratégico de Educação Prisional (PEESP), com o objetivo de ampliar e aprimorar a oferta de educação em instituições penitenciárias. O plano especifica que deve abranger três áreas: educação básica no âmbito do programa EJA (educação para jovens e adultos), educação profissional e ensino superior.

Dentro desse programa, a educação é dividida em níveis. A alfabetização destina-se a indivíduos que ingressam no sistema prisional sem escolaridade prévia e geralmente têm prioridade de admissão em relação a outras modalidades de ensino. A educação básica no âmbito do programa EJA é organizada em módulos semestrais, por exemplo, em Pernambuco, são oito, do 1º ao 8º ano. O ensino superior, por sua vez, é quase sempre oferecido a distância, por meio de convênios com instituições de ensino privadas. No caso de Pernambuco, existem parcerias com instituições como Unopar, Pitágoras e Anhanguera, demonstrando que o acesso ao ensino superior em presídios depende, na prática, quase que inteiramente desses convênios. Além da frequência escolar regular, o sistema também oferece vias de certificação sem a necessidade de cursos presenciais, por meio dos exames Encceja e Enem no formato in-prisional (PPL), que são aplicados diretamente em estabelecimentos prisionais (PERNAMBUCO, 2025).

De acordo com dados do SISDEPEN, levantamento produzido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) referente ao segundo semestre de 2025 (19º ciclo), é possível obter a extensão quanto os limites da política de educação prisional no

país. No relatório de informações penais é informado que do total de 727.301 pessoas custodiadas em celas físicas, 150.866 estavam matriculadas em alguma modalidade de educação escolar, o equivalente a cerca de 20,7% da população carcerária. Ainda nesse relatório, são divulgados dados com relação à distribuição por nível de ensino, o ensino fundamental possui a maior concentração das matrículas, 69.998 estudantes, seguido pelo ensino médio com 51.163. Enquanto isso, o processo de alfabetização reúne um total de 23.167 estudantes, ao passo que o ensino superior e os cursos técnicos de longa duração (acima de 800 horas) aparecem como as modalidades menos acessadas, com 4.382 e 1.808 matriculados, respectivamente (SENAPPEN, 2025).

É possível perceber que a estrutura física disponível não suporta essa quantidade de estudantes matriculados. Ainda de acordo com dados do SISDEPEN, o sistema carcerário brasileiro contava, até o último Levantamento de Informações Penais, com 4.052 salas de aulas que possuem capacidade para atender 69.151 pessoas, número muito menor à quantidade de estudantes matriculados. Dessa forma, é possível perceber com esses dados iniciais, que a política de educação prisional atinge apenas uma parcela minoritária da população carcerária, presente sobretudo na educação básica, é sustentada por uma infraestrutura física insuficiente para acomodar até mesmo os que já estão matriculados (SENAPPEN, 2025).

3. O papel do professor na educação prisional: mediação pedagógica e contribuição para a ressocialização.

Um ambiente escolar tradicional já apresenta desafios para à prática docente, essas dificuldades são intensificadas em um contexto prisional. Nesse cenário, o professor precisa desenvolver suas atividades em um espaço com rigorosas normas de segurança e restrições institucionais diferentes do tradicional, ao mesmo tempo em que lida com os obstáculos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem dos detentos, visto que as turmas são compostas por diferentes níveis de escolarização, o que exige do professor uma estratégia pedagógica capaz de atender todas as diferenças e necessidades de aprendizagem. Diante dessas características, a atuação do docente exige além de uma graduação, requer preparo específico para trabalhar em uma realidade complexa, essa preparação influencia o processo educativo e a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Entretanto, existe uma ausência de formação adequada, como explicam os autores Amorim e Menezes:

> A formação inicial do professor atende pouco às necessidades teórico-prático para a atuação na EJA, com poucas disciplinas inerentes e um Estágio Supervisionado que não está diretamente direcionado ao sistema prisional. Existem diversas "capacitações" que acontecem, mas englobam, de forma geral, a educação. As capacitações específicas da EJA não são frequentes e quando acontecem não trazem muita contribuição para o docente da área e quase nunca para os profissionais que labutam nas escolas prisionais (Amorim; Menezes, 2022, p. 95).

Existe na formação de professores pouco ou até mesmo nenhum estudo das demandas encontradas pelos professores que atuam no sistema prisional. Apesar da importância que os conhecimentos pedagógicos possuem para o exercício da docência, um contexto prisional apresenta particularidades que exigem do professor uma preparação capaz de atender à realidade de pessoas encarceradas. Dessa forma, é importante a presença de uma formação continuada, para que os professores possam desenvolver e aprender estratégias pedagógicas adequadas às características desse ambiente. Diante desse cenário, o professor não pode ser colocado apenas como responsável pela transmissão de conteúdo. É necessário construir relações pedagógicas que estimulem a continuidade dos estudos, e a criação de oportunidades que demonstrem aos detentos o quanto a educação pode possibilitar a transformação de sua trajetória. Nesse sentido, o docente pode ajudar na contribuição de novas perspectivas para o período posterior ao cumprimento da pena, pois, segundo Silva e Freire (2019), ao vivenciarem a privação de liberdade, os detentos tendem a desacreditar na perspectiva de uma vida digna, tornando fundamental o estímulo para que voltem a acreditar na possibilidade de um recomeço.

É evidente que a educação no sistema prisional possui um papel significativo no processo de ressocialização, mas é o professor que ocupa uma posição de destaque. Embora a finalidade histórica das prisões seja a reintegração do sujeito encarcerado, a arquitetura e a rotina desses estabelecimentos revelam um forte contraste entre as políticas públicas e o cotidiano punitivo; no entanto, para desempenhar sua verdadeira essência, a instituição prisional deve ir além da repressão rígida e promover práticas educativas emancipatórias (Onofre; Menott, 2016). Em um local definido pela privação de liberdade e, em muitos casos, por uma trajetória anterior marcada pela evasão escolar, cabe ao professor ressignificar o processo de educação. Nesse sentido, torna-se necessária uma prática docente focada na valorização do estudante, no desenvolvimento de sua autonomia e também de experiências que estimulem a retomada da vida em sociedade.

Conforme destaca a professora Maria Antônia: “É muito difícil você ofertar um ensino de qualidade sem a presença do professor. O professor funciona não só como mediador do conhecimento, mas também como aquela pessoa que motiva, que impulsiona e resgata a identidade humana dessas pessoas” (DA COSTA, 2021).

Além da oferta dos conteúdos escolares tradicionais, que de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organizam-se nas mesmas áreas de conhecimento do ensino regular, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (BRASIL, 2018), todas as atividades desenvolvidas em ambientes prisionais contribuem para ressocialização dos detentos. Um exemplo pode ser observado na Escola Padre André, localizada em Palmares - PE, que além das atividades regulares de ensino, é também desenvolvido atividades como teatro, curso de inglês e cursos técnicos. Os estudantes também possuem um coral denominado “Cristo é a Paz”, que realiza apresentações para todas as visitas que o presídio e a escola recebem, e em 2019 tiveram a oportunidade de realizar uma apresentação de abertura de uma reunião com o governador e toda a cúpula de segurança do Estado. Segundo relato de Cláudia Siqueira, professora dessa instituição, a participação dos estudantes “é algo que eleva muito a autoestima deles porque eles são vistos como autoridades… por mais contraditório que seja, foram esses detentos que deram um show”. Ademais, a escola também realiza cerimônias de formatura para os estudantes que concluem o ensino médio, sendo uma forma de valorização e motivação para continuidade dos estudos. A importância dessa educação pode ser enxergada no relato de um dos estudantes, que afirma: “Professor quando eu cheguei aqui eu era um nada, quando eu cheguei nessa escola eu senti um negócio diferente, eu olho nos olhos de vocês e vejo verdade”. Essas experiências e relatos evidenciam que ao possibilitar que os detentos tenham acesso à educação, isso contribui para a construção de um sujeito capaz de aprender e transformar sua própria trajetória, que por meio da educação existe uma vida para além do crime (Da costa, 2021).

> É inegável a importância dessa educação, entretanto a rotina escolar exige muito do docente, por se tratar de um ambiente completamente distinto do espaço escolar tradicional. Conforme José e Torres (2019, p.61), em penitenciárias do Mato Grosso do Sul o ingresso do docente é controlado por operadores de sistema: antes de ingressar no espaço prisional, é necessário apresentar documento oficial na portaria do estabelecimento e utilizar um jaleco determinado pela instituição. Além disso, as autoras destacam que os materiais didáticos passam por revista antes do ingresso do docente, procedimento definido pela Agência de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen). Ainda que, a

ISSN: 2358-8829

> estrutura física varie de uma unidade prisional para outra, as autoras relatam que, em alguns presídios, o trajeto do professor até a sala de aula envolve a passagem por vários portões e grades, sendo em alguns casos a necessidade de o docente transitar entre os identificados como "celas livres ou trabalhadores", que são presos que transitam com mais liberdade pelos corredores da prisão (JOSÉ e TORRES, 2019, p. 61).

A postura de estudantes encarcerados até chegar à sala de aula também precisa passar por um processo particular. Segundo José e Torres (2019, p.61), o deslocamento dos detentos de suas celas até a escola é conduzido pelos agentes penitenciários, e durante o percurso até a escola, os estudantes precisam caminhar em fila, com a cabeça baixa e as mãos para trás. Com relação ao ambiente da sala de aula, as autoras descrevem um espaço com cadeiras escolares, armário de aço, lousa e giz, e que, nas unidades estaduais, o professor permanece próximo aos alunos, sem separação por grades. Por não haver padronização entre as unidades, muitas dessas salas foram adaptadas de outros espaços, o que resulta em ambientes bastante reduzidos e com pouca ventilação em alguns casos. (JOSÉ e TORRES, 2019, p. 62). Diante dessa realidade, é perceptível o quanto exercer a docência em ambientes prisionais possui muitos desafios, conforme este relato de um professor.

> O trabalho do professor dentro do sistema prisional é algo assim desafiador. Porque quando eles chegam naquele lugar hostil, muitas vezes eles perdem a identidade, eles não têm autoestima, não tem valor. [...]. Mas assim, eu como professora, eu tenho essa meta de transformar o pensamento deles, de mudar. Como eles têm baixa estima, às vezes eles não acreditam que são capazes (P6).

Além disso, o ensino pode facilitar a ressocialização, ampliando as oportunidades educacionais e profissionais para os detentos. A educação continuada, a aquisição de conhecimento e a preparação para o emprego podem contribuir para a formação de perspectivas para o período pós-encarceramento. Nesse sentido, também participam do processo de preparação dos indivíduos para a reintegração à sociedade, não apenas transmitindo conhecimento, mas criando oportunidades para desenvolver habilidades, compreender seus direitos e responsabilidades e elaborar novos planos de vida. Todavia, o professor não é o único responsável por esse processo, sua atuação depende das condições oferecidas pelo sistema prisional, e da efetividade da execução de políticas públicas voltadas para educação carcerária. Assim, considerar o professor como agente de ressocialização significa reconhecer sua contribuição para esse processo, sem atribuir exclusivamente a ele a responsabilidade pelos resultados da reintegração social.

> o professor que atua nas escolas entre as grades deve ser comprometido com sua tarefa de educar, posicionando-se politicamente frente às questões sociais que envolvem seus alunos, acreditando que as aulas são ferramentas de transformação, de conscientização e de protagonismo. Esse professor deve estar preparado para lidar com o contexto prisional, consciente de seu papel para que a prática educativa seja consolidada nesse espaço, uma vez que, em muitos casos, parte dos funcionários dos estabelecimentos prisionais não se manifesta favoravelmente à escola para aprisionados, como se essa prática fosse um benefício e não um direito subjetivo (Onofre; Menotti, 2016, p. 158).

Nesse contexto, a prática pedagógica realizada pelo docente é um elemento extremamente importante para que a educação possa alcançar seu potencial de ressocialização. Enquanto profissional da educação, é de suma importância que o objetivo do processo de ensino em penitenciárias seja "a formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima dos sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade" (2007, p. 47, apud Santos, 2015, p. 106). Dessa forma, a prática docente contribui para além da aprendizagem de conteúdos curriculares, mas também para o resgate e fortalecimento da cidadania dos detentos.

Diante disso, é perceptível que a educação no sistema carcerário constitui um importante papel para formação e desenvolvimento das pessoas privadas de liberdade, sendo o professor responsável pela concretização desse processo. No entanto, embora exista possibilidade da atuação docente e estando a educação carcerária garantida em lei, é necessário entender como esse processo acontece na realidade do sistema prisional. Nesse sentido, realizamos entrevistas com dois docentes que atuaram na educação prisional e com dois ex-detentos que acessaram à educação durante o período em que estavam presos. A partir das respostas obtidas, buscamos compreender as possibilidades e limitações da atuação docente no processo de ressocialização, tendo em consideração tanto a perspectiva de quem exerce à docência quanto a de quem vivenciou o processo na condição de estudante privado de liberdade.

METODOLOGIA

A pesquisa, transformada neste artigo, caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvido com o objetivo de compreender a oferta da educação no sistema prisional brasileiro, com ênfase no papel do professor no processo educativo e nas possibilidades de ressocialização das pessoas privadas de

liberdade. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se por compreender não apenas os aspectos legais e institucionais da educação prisional, mas também as experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos nesse processo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o levantamento e análise de produções acadêmicas relacionadas à educação prisional, à prática docente no sistema penitenciário e à ressocialização. Entre os referenciais utilizados encontram-se estudos de Cunha (2010), Onofre e Menott (2016), José e Torres (2019), Amorim e Menezes (2022), Silva e Freire (2024) e Santos (2015), que contribuíram para a compreensão das especificidades da educação em espaços de privação de liberdade.

Também foi realizada uma pesquisa documental, tendo como fontes principais a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 13.163/2015, às Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, o Decreto nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN). A análise documental buscou compreender como o direito à educação das pessoas privadas de liberdade é previsto juridicamente, quais modalidades educacionais são contempladas e quais condições estruturais são apresentadas para a efetivação dessa política.

Para construção dos dados empíricos, é um estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois sujeitos diretamente relacionados ao objeto de estudo: uma professora com experiência de atuação na educação prisional e uma pessoa que esteve privada de liberdade e teve acesso à educação durante o período de encarceramento. As entrevistas foram realizadas por google forms (Professora) enviada mesma por e-mail para ser respondido e reenviado aos pesquisadores; e por videoconferência (Pessoa que esteve privada de liberdade); ambas organizadas a partir de roteiros previamente elaborados, contendo questões abertas relacionadas à experiência educacional, às condições de ensino, às dificuldades encontradas, às estratégias pedagógicas, à relação entre professor e estudante e às possíveis contribuições da educação para a trajetória dos sujeitos após o período de encarceramento. As perguntas para a professora focaram em questões sobre preparação das aulas, condições do espaço escolar, dificuldades docentes e estratégias pedagógicas; e para a pessoa privada de liberdade, foram abordados aspectos como acesso às aulas, materiais didáticos, rotina escolar, certificação e possíveis efeitos da formação recebida.

Para a análise das informações levantadas foram examinados os seguintes parâmetros: I. acesso à educação; II. condições de oferta; III. prática e formação docente; IV. dificuldades e limitações da educação prisional; V. relação ensino-aprendizagem; VI. estratégias pedagógicas; VII. ressocialização. A utilização dessas categorias permitiu avaliar as experiências dos entrevistados e relacionar a luz da literatura e dos documentos oficiais esses dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A finalidade do estudo foi compreender como funciona a educação no interior do Sistema Prisional Brasileiro na prática, e para conhecer esta realidade, buscou-se, neste estudo de caso, professores que atuaram nessa modalidade. Assim, duas professoras foram escolhidas para materializar a descrição dessa prática educativa respondendo um questionário sobre suas experiências na educação prisional. Identificamos as docentes como Educadora 1 e Educadora 2, e a percepção dessas foi imprescindível para atingir os resultados desejados.

Os Docentes receberam os questionários no modelo google forms (ver anexo) via e-mail para responderem e reenviar respondidos. O questionário apresentou onze perguntas relacionadas ao seu trabalho no sistema prisional, onde as entrevistadas nos deram um panorama geral sobre a sua experiência no ensino-aprendizagem com os estudantes dessa modalidade. Apresentamos, resumida descritivamente, as respostas enviadas pelas professoras e organizadas por nós no quadro abaixo.

Quadro 1: Entrevista com as Professoras e seus trabalhos na educação prisional.

Pergunta	Professor 1	Professor 2
Formação:	Licenciado em Matemática e especialista em ensino de física	Neuropsicopedagoga
Local onde atua como docente atualmente:	Colégio Estadual Dr. Onério Pereira Vieira	Escola Municipal Manoel Alves Vilela
Instituição Prisional onde atuou:	Por meio do Colégio Estadual Juscelino Kubitschek na Unidade Prisional de Quirinópolis	Apac- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
Como foi seu primeiro contato para trabalhar com o sistema educacional prisional?	Em um primeiro momento pensei que seria difícil e perigoso dado o contexto e o lugar, mas acabou sendo tranquilo e comecei a me sentir confortável dentro da sala sem sentir que minha segurança estava em risco.	No meu primeiro contato, estava um pouco tensa. Nunca tinha trabalhado no sistema prisional e ainda era uma área desconhecida para mim. Mas, no decorrer da aula, tudo foi se alinhando.

Como é a preparação do entorno do detento para aula? Espaço físico, os policiais, quem auxilia a professora etc.	Na Unidade Prisional em que eu dava aula havia uma sala de aula convencional, os policiais buscavam os detentos matriculados em suas respectivas celas e os colocavam nessa sala sem contenções, e ficavam do lado de fora fazendo a guarda. Nesse caso específico, íamos em 5 professores e ficávamos todos ao mesmo tempo na sala esperando nossa hora de explicar e aplicar a atividade. E eram divididos em turmas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, portanto eram turmas multisseriadas.	Como nós trabalhamos com a Educação de Jovens e Adultos, nossas aulas são voltadas para a alfabetização e dentro da realidade dos indivíduos privados de liberdade.
O que envolve a preparação das aulas?	Elaboração de atividades que contemplem conhecimentos que consigam abranger conteúdos de todas as séries de cada nível de ensino. Nas atividades deveríamos colocar explicações do conteúdo com exemplos e atividades, além de termos de 20-30 min para explicarmos em sala para eles.	Noção de mundo, realidade social, reintegração e reinserção social.
Como professora do sistema prisional, quais as principais dificuldades que você observa ao exercer a docência no ambiente prisional?	Sendo bem sincero, minha experiência foi bastante positiva, embora eu seja homem e isso possa ser um fator que facilite. Porém tive colegas mulheres que não se sentiam desconfortáveis em dar aulas naquele ambiente, algumas até preferiam por ser tranquilo.	Nosso trabalho é limitado, não podemos usar todos os recursos de ensino, e como eles estão multisseriados, acaba que a nossa adaptação de ensino requer cuidado e flexibilidade.
Os detentos costumam possuir interesse em participar das aulas?	Bastante. Inclusive foi um fator que me surpreendeu. Prestavam atenção, tiravam dúvidas, quando pegávamos as atividades para corrigir tinham pedidos de desculpas quando não conseguiam fazer alguns exercícios, aproveitavam para escrever alguma dúvida que surgiu, era bem interessante.	Na maioria dos casos sim.
Quais sugestões você daria para melhorar o ensino e aprendizagem na educação prisional?	Não consigo ter uma resposta concreta para isso, é complexo e precisa de uma análise mais completa da realidade tanto educacional quanto prisional. Mas a experiência que eu tive apresentou bons resultados, com alunos até fazendo ENEM.	Flexibilização de recursos de ensino. Ex: utilização de jogos como metodologia de ensino concreto.
Que estratégias você utiliza para adaptar o conteúdo e as atividades à realidade dos estudantes privados de liberdade?	Busco por atividades que possam mais intuitivas, que sejam semelhantes aos exemplos que expliquei e que sejam fáceis de eles entenderem quando recorrerem a explicação.	Procuro humanizar o ensino de acordo com a realidade dos alunos. Na maioria das vezes, trabalhar com a EJA requer utilização de textos e atividades infantilizadas, o que pode atrapalhar na aceitação dos

		detentos, então eu sempre procurava desinfantilizar as atividades.
Você já presenciou alguma mudança de comportamento, perspectiva ou projeto de vida de um estudante que possa estar relacionada à participação nas atividades educacionais?	Sim, muitos escreviam nas atividades agradecimentos, desabafos, e outras coisas relacionadas a importância que estava tendo para eles as aulas que ministrávamos.	Sim, já presenciei aluno que através da educação concluiu os estudos dentro do sistema prisional e foi reinserido no mercado de trabalho

Fonte: Quadro produzido pelos autores.

Com relação ao primeiro contato dos professores com a educação, ambos relataram sobre o receio inicial de ministrar aulas nesse ambiente. Entretanto, segundo os próprios relatos, esse receio foi diminuindo ao longo da experiência, o que tornou esse processo mais familiar e tranquilo. Os participantes evidenciaram que apesar da hesitação inicial relacionada ao ambiente prisional, o cotidiano de aulas contribuiu para a adaptação à esta realidade educacional, segundo observado em suas respostas: "*Em um primeiro momento pensei que seria difícil e perigoso dado o contexto e o lugar, mas acabou sendo tranquilo e comecei a me sentir confortável dentro da sala sem sentir que minha segurança estava em risco*" e *"No meu primeiro contato, estava um pouco tensa. Nunca tinha trabalhado no sistema prisional e ainda era uma área desconhecida para mim. Mas, no decorrer da aula, tudo foi se alinhando".* As respostas dos professores expõem como acontece o contato inicial de docentes com o contexto da educação prisional, que apesar das inseguranças e receios, o dia a dia e a convivência com os estudantes demonstra que apesar de todo o estigma em volta da educação carcerária, existe segurança para atuação docente nesses contextos.

Conforme apresentado na seção anterior pelas autoras José e Torres (2019, p. 19), o deslocamento dos detentos é realizado pelos agentes penitenciários e algumas normas precisam ser seguidas por profissionais e estudantes. Essa perspectiva também pode ser observada nos relatos dos docentes entrevistados, ao relatar sobre o processo de preparação em torno do detento para a aula. Segundo relato do participante Professor 1: *"Na Unidade Prisional em que eu dava aula havia uma sala de aula convencional, os policiais buscavam os detentos matriculados em suas respectivas celas e os colocavam nessa sala sem contenções, e ficavam do lado de fora fazendo a guarda. Nesse caso específico, íamos em 5 professores e ficávamos todos ao mesmo tempo na sala explicar*

e aplicar a atividade. E eram divididos em turmas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, portanto eram turmas multiseriadas".

No que se refere à preparação das aulas buscou-se entender os aspectos que envolvem o planejamento pedagógico dos professores que atuam no sistema prisional. As respostas apresentam necessidades específicas, os professores relatam a necessidade da elaboração de atividades que contemplem conhecimentos que consigam abranger conteúdos de todas as séries de cada nível de ensino, e também de abordar conteúdos sobre realidade social, reintegração e reinserção social. Nesse contexto, percebe-se a importância de preparar aulas envolvendo não apenas os conteúdos programáticos tradicionais, mas também existe a necessidade do professor adequar o seu planejamento às particularidades do ambiente prisional.

Acerca das estratégias utilizadas para adaptar os conteúdos e as atividades à realidade dos discentes privados de liberdade, as respostas dos professores relatam a preocupação em produzir práticas pedagógicas que possam favorecer a compreensão dos conteúdos. O professor destacou a utilização de atividades intuitivas e de fácil compreensão, enquanto o Professor enfatiza a importância de humanizar o ensino e evitar a infantilização das atividades destinadas aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). É possível perceber que os professores demonstram cuidado ao adaptar práticas pedagógicas, não apenas escolhendo estratégias para facilitar a aprendizagem, mas também demonstrando respeito à realidade e à experiência desses estudantes.

Com relação às dificuldades encontradas para exercer a docência no sistema prisional, os relatos demonstram duas perspectivas diferentes. O professor 1 relata uma experiência geral positiva, com alunos, enquanto o professor 2 relatou: "*Nosso trabalho é limitado, não podemos usar todos os recursos de ensino, e como eles estão multisseriados, acaba que a nossa adaptação de ensino requer cuidado e flexibilidade".* A resposta do Professor 2 demonstra como a atuação docente no sistema prisional ainda exige do professor fatores que ultrapassam planejamentos pedagógicos tradicionais, visto que, a realidade da educação carcerária muitas vezes possui uma organização que interfere diretamente nas atividades educacionais.

A respeito da participação dos estudantes em atividades educacionais é relevante observar os possíveis impactos que o acesso à educação no contexto prisional pode resultar. Nesse sentido, nas perguntas encaminhadas para os professores buscamos identificar se os estudantes demonstraram interesse em participar das aulas e, mais

adiante, se os educadores observaram mudanças de comportamento, perspectiva ou projeto de vida do estudante que possa estar relacionada à participação nas atividades educacionais. Ambos os professores evidenciaram que os estudantes possuem interesse em participar das aulas, focados não apenas na remissão da pena, mas também em aprender e ter acesso ao ensino, como Professor 1 destacou: *"Inclusive foi um fator que me surpreendeu. Prestavam atenção, tiravam dúvidas, quando pegávamos as atividades para corrigir tinham pedidos de desculpas quando não conseguiam fazer algum exercícios, aproveitavam para escrever alguma dúvida que surgiu, era bem interessante".* Ao questionarmos a respeito de possíveis mudanças relacionadas à participação dos estudantes nas atividades educacionais, os professores também relataram que muitos escreviam agradecimentos nas atividades relatando a importância das aulas, e o Professor 2 destaca ter presenciado aluno que através da educação dentro do sistema carcerário conseguiu concluir os estudos, e ser reinserido no mercado de trabalho.

Para finalizar, com relação às sugestões para melhorar o ensino e aprendizagem na educação prisional, as respostas dos professores apresentaram perspectivas diversas. O professor relatou a dificuldade de formular propostas por achar uma realidade muito complexa, mas destaca sua experiência positiva enquanto docente de ambiente prisional, mencionando alunos que chegaram a fazer o ENEM. O outro professor, por sua vez, destacou a necessidade de flexibilidade nos recursos didáticos, citando como exemplo a utilização de jogos como metodologia de ensino concreto. Dessa forma, as respostas permitem compreender não apenas os desafios enfrentados por professores, mas também as possibilidades de aprimoramento das condições de ensino, planejamento pedagógico e processo de aprendizagem dos estudantes privados de liberdade.

Como forma de entender ainda mais esse processo, de educação prisional, a pesquisa entrevistou também dois ex-detentos que tiveram acesso às atividades educacionais durante o período de reclusão. Com relação aos ex-detentos, realizamos uma entrevista na modalidade presencial no dia 30 de setembro de 2026 e outra realizada por meio de um questionário com nove perguntas via google forms. Foi optado por manter o sigilo da identidade dos entrevistados, sendo respectivamente identificadas por Entrevistado 1 e entrevistado 2. Esses relatos foram extremamente necessários para compreender a importância da educação carcerária para o processo de ressocialização das pessoas que estão privadas de liberdade.

ISSN: 2358-8829

Quadro 2: Entrevista com Ex-detentos que tiveram acesso à educação prisional.

Pergunta	Entrevistado 1	Entrevistado 2
Tempo de reclusão?	Cerca de 8 meses	8 anos e dois meses
Como foi seu primeiro contato para estudar no sistema prisional?	No pavilhão que eu estava tinha a opção de trabalhar ou estudar para diminuir a pena, e eu preferi estudar, você também podia só ficar trancado, sem diminuir a pena.	Eu não participei do ensino no sistema carcerário pois já tinha concluído o ensino médio mais pratiquei bastante a leitura pois por onde passei tinha biblioteca disponível para os reeducando
Motivação para participar da educação no sistema prisional?	Foi mais para redução da pena mesmo.	O que motiva uma pequena minoria é a oportunidade de concluir os estudos mediante a remição e do tempo que esta perdendo dentro do sistema carcerário e dentro de uma mudança de vida onde que poucos já visão que estão numa ilusão o de que a consequência do erro traz sofrimento tanto para o reeducando quanto para os familiares
A rotina de aulas? Todo dia? semanal? Qual curso você fez? Quanto tempo durou o curso? Quantas matérias você tinha? Como era a sala de aula? Você tinha acesso a material digital? Tinha avaliação realizada pelo professor? Quantos professores você tinha por vez em média?	Era normal igual aqui, tinha as professoras, era uma aula normal de meio período, de 7 da manhã até às 11, de segunda a sexta, e todas as turmas tinha muitos presos, era uma sala grande, pelo menos mais de 30 presos por sala, também tinha a farda do estado que recebíamos e os professores também usavam farda. Não tínhamos acesso a material digital, mas tínhamos prova e apenas um professor para tudo, mas tinha 3 salas de aulas porque era muito preso, era uma sala para cada série. Para chegar na sala, os agentes levavam a gente até a sala, também tínhamos comemorações como festinhas de São João.	Eu não participei de curso e outros mais por onde passei tinha curso pet onde que pra mim não era interessante nem o conteúdo e nem a remissão então eu optava por trabalho visando a remuneração e o bem-estar no sistema carcerário
Você tinha acesso ao material didático (caneta, caderno, livros), biblioteca?	Eles davam tudo, já a biblioteca era a professora que pegava os livros e trazia para entregar aos presos, a gente não podia sair da sala.	Biblioteca sim livros
Se recebeu diploma, certificado ou alguma declaração que fez o curso?	Não lembro se me deram um papel ou se ficou lá, eu sei que passei da terceira série para quarta.	Sim o sistema coloca tudo na pasta do reeducando e assim que for liberto sai com seus diplomas onde que tem a remissão também onde que é julgado por Juiz então fica tudo na pasta do reeducando

A formação que recebeu na educação prisional você a utilizou de alguma forma ao sair? Se sim, de que forma?	Ajudou um pouco, eu estava um pouco desatualizado das coisas e eu aprendi muito na escola	Dentro do sistema somos tratados como reeducando eu mesmo aprendi a respeitar o próximo em rotina diária e temos que mostrar nossa reeducação para o sistema por que se não vamos ficando até cumprir totalmente a pena dada onde que entra a boa conduta do reeducando
Você acredita que a forma como os professores atuavam influenciava sua vontade de continuar estudando? Como?	Eram gente boa, eu tratava com respeito, nós conversamos sobre a vida lá fora. Eu peguei até amizade com uma professora, ela conversava comigo e me ajudava nos estudos, eu achava os estudos muito bom.	Essa não posso responder pois nunca presenciei o comportamento e a dinâmica de professores no sistema prisional
Você acha que a educação no sistema prisional feita por você auxiliou na ressocialização? Não só questão de emprego, mas questão de relações humanas.	Foi bom, não sei explicar direito, mas pra mim o estudo foi bom. Se eu tivesse passado mais tempo, teria passado mais tempo estudando lá	Sim com certeza antes eu tinha medo de me aproximar de pessoas onde que após minha reabilitação a sociedade aprendi e coloquei em prática a educação dada pelo meus pais e praticada a todo momento no sistema na troca com funcionários públicos onde que estão trabalhando e avaliando nossa conduta carcerário e cobrando nossa educação onde que se falarmos de qualquer jeito tem represália mediante tais situações

Fonte: Quadro produzido pelos autores.

Inicialmente, os ex-detentos foram questionados sobre como aconteceu seu primeiro contato com a educação no sistema prisional, buscando entender as circunstâncias responsáveis pela aproximação com as atividades educacionais nesse contexto. O entrevistado 1 explica que optou por estudar ao invés de trabalhar como forma de diminuir o período de encarceramento, enquanto o entrevistado 2 relata que não participou das atividades educacionais por já ter concluído o ensino médio fora do presídio, mas que por ter acesso a uma biblioteca praticou bastante leitura. Quando questionados sobre a motivação para participar da educação no sistema prisional, o entrevistado 1 reafirma ter sido por motivos de diminuição do período de reclusão, ao passo que o entrevistado 2 relata que além da diminuição da pena, alguns presos buscam por meio da educação uma mudança de vida. Os relatos demonstram que as experiências iniciais dos participantes apresentam perspectivas e motivações diferentes para participar das atividades escolares.

Com intuito de compreender como ocorria a oferta das atividades educacionais, os participantes foram questionados sobre a rotina das aulas, cursos realizados, duração das atividades, condições de estrutura do ambiente escolar e disciplinas ofertadas. No relato do entrevistado 2, é mencionado a presença de horários definidos, fardamento para estudantes e professores, o fornecimento de material para estudo, além de comemorações em datas comemorativas, como as festividades de São João. Esses componentes permitem compreender que as atividades educacionais é um espaço que ultrapassa apenas a transmissão de conteúdos, também envolve práticas coletivas presentes no cotidiano escolar tradicional. É possível perceber que a experiência escolar proporciona ao detento um significado que vai além da aprendizagem formal, proporciona também vivências de participação e pertencimento, que contribuem para o processo de ressocialização dos detentos, e contribui para a discussão sobre a importância de continuar desenvolvendo atividades educacionais em ambientes prisionais.

Com relação a certificação de conclusão de curso, as respostas dos participantes revelam diversos aspectos diferentes de suas experiências. O entrevistado 1 relatou não se lembrar de ter recebido quaisquer documentos ou se estes permaneceram na instituição, mas enfatizou que havia avançado da terceira para a quarta série. Esse relato demonstra que, apesar da falta de clareza quanto ao recebimento da documentação, o participante reconhece o progresso em sua trajetória educacional. Enquanto o entrevistado 2 afirmou que os documentos relacionados à educação ficam registrados na pasta do detento, e que o diploma ou certificado são emitidos e entregues após liberação. Em um panorama geral, essas respostas destacam a importância de proporcionar aos detentos a continuidade dos estudos, mas também promover a certificação de conclusão de curso como forma de incentivo para participar de atividades educacionais.

Em relação às possíveis contribuições da educação prisional para a vida dos participantes após a liberdade, questionou-se se os conhecimentos e formação adquiridos durante o período de encarceramento foram utilizados de alguma forma posteriormente. O primeiro entrevistado relatou que os estudos foram importantes, porque estava desatualizado e conseguiu aprender muito durante as aulas, evidenciando que a educação proporciona uma oportunidade de retomada e ampliação dos conhecimentos escolares. O segundo entrevistado, destacou ter aprendido a respeitar o próximo, relacionando a experiência educacional a uma contribuição mais voltada ao aspecto da convivência social. As respostas apresentadas demonstram que os participantes acreditam que a

educação prisional pode facilitar tanto a aquisição de conteúdo acadêmico quanto a compreensão das relações interpessoais. Essa perspectiva amplia a compreensão da educação como parte do processo de ressocialização, uma vez que seu impacto potencial não se limita à escolarização, mas também pode afetar aspectos da interação social.

No que diz respeito à influência dos professores para continuar estudando, o primeiro entrevistado relata uma influência positiva, destacando até mesmo uma proximidade estabelecida com o professor durante o período de aulas. De acordo com o entrevistado, o docente era uma pessoa com quem podia conversar sobre a vida fora do presídio, além de fornecer auxílio nos estudos e afirmou que gostava de estudar. Este relato destaca a importância não apenas do apoio pedagógico e educacional, mas também do diálogo e das relações interpessoais desenvolvidas entre estudante e professor. Nesse exemplo, as ações do professor parecem ter contribuído de forma positiva para a aprendizagem e interesse em participar das aulas, visto que o apoio recebido e a oportunidade de discutir outros aspectos de sua vida tornaram a experiência educacional significativa para ele.

Ao serem questionados sobre a contribuição da educação prisional para a ressocialização, considerando não apenas a integração profissional, mas também as relações humanas, os participantes avaliaram positivamente suas experiências. O primeiro entrevistado afirmou que o aprendizado foi importante, embora tenha tido dificuldade em explicar essa contribuição em detalhes. Contudo, enfatizou que, se tivesse permanecido mais tempo no sistema prisional, teria continuado seus estudos, demonstrando o reconhecimento do valor da experiência educacional em sua vida futura. O segundo participante, por sua vez, deu uma resposta mais detalhada, relatando que antes tinha medo de se aproximar das pessoas e que, durante o encarceramento, as interações com os funcionários da prisão contribuíram para sua exploração das relações interpessoais e para a prática de comportamentos associados ao cuidado e ao respeito. Dessa forma, esses relatos sugerem que a educação e as experiências adquiridas no ambiente prisional foram percebidas pelos participantes como significativas para suas vidas futuras, tanto em termos do valor atribuído ao aprendizado quanto em termos de suas reflexões sobre a convivência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o papel do professor no processo de ressocialização de detentos, considerando a importância da educação prisional nesse

processo. A partir da análise bibliográfica, e das entrevistas realizadas com professores que atuaram na educação carcerária e com ex-detentos que tiveram acesso a assistência educacional, foi possível identificar diferentes percepções sobre a experiência educacional e sua importância durante o período de encarceramento e após a liberdade.

Em relação ao primeiro objetivo específico, voltado à compreensão da legislação que regulamenta a educação no sistema prisional, observou-se que o arcabouço jurídico brasileiro reconhece, através da constituição e outras leis anteriormente citadas, a educação como um direito de pessoas privadas de liberdade. A análise da legislação possibilitou compreender que o acesso à educação carcerária está associado à possibilidade de ressocialização dos detentos. Dessa forma, o respaldo legal estabelece um elemento fundamental para a efetivação das atividades educacionais no sistema prisional, ainda que a existência de normas não assegura, por si só, que esse direito seja plenamente concretizado.

Quanto ao segundo objetivo, que buscou compreender o que é ofertado para às pessoas privadas de liberdade na esfera da educação prisional. De acordo com os dados analisados, foi possível abordar questões como a rotina escolar, os cursos ofertados e os recursos disponíveis. Essas informações contribuíram para analisar a realidade da educação prisional e compreender como as atividades de ensino são desenvolvidas nesse contexto, considerando suas particularidades e desafios envolvidos no processo de efetivação do direito à educação.

Com relação ao terceiro objetivo específico, buscou-se compreender o papel do professor no processo da educação prisional, por meio da análise foi possível reconhecer a relevância da atuação docente. Nesse sentido, o professor assume um papel de mediador da aprendizagem, considerando as particularidades do sistema e contribuindo para além da transmissão de conteúdos tradicionais, mas também para o desenvolvimento de relações pessoais. A educação prisional necessita de uma atuação docente que visa o processo de ressocialização, exige práticas pedagógicas que reconheçam as pessoas privadas de liberdade como sujeitos de direitos e de possibilidades de aprendizagem.

No ponto de vista dos professores entrevistados, as respostas mostraram que a educação prisional representa uma experiência pedagógica individual, marcada por desafios e necessidade de adaptar métodos de ensino para esse contexto. Os relatos evidenciaram a importância de entender a necessidade de desenvolver estratégias de ensino que levem em consideração suas necessidades e vivências. Os professores

relataram também a relevância de uma abordagem baseada no diálogo, respeito e principalmente na humanização, que é responsável por contribuir para um ambiente que permite à aprendizagem. Ainda que existam dificuldades atreladas a esse contexto educacional, as experiências relatadas pelos professores demonstram que a educação prisional representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento dos estudantes, mas também para o desenvolvimento profissional dos próprios professores.

Com relação à perspectiva dos estudantes entrevistados, as respostas apresentadas relatam a educação prisional como uma experiência significativa, tanto pela possibilidade de aprendizagem quanto pelas contribuições para as relações interpessoais. Os relatos demonstraram a importância da rotina escolar, do apoio e acolhimento, além de indicarem a aprendizagem e continuidade dos estudos um aspecto positivo. Embora as experiências tenham apresentado relatos diferentes, os participantes reconhecem aspectos positivos na educação, indicando um bom aproveitamento das aulas.

A pesquisa proporcionou a compreensão de que a educação prisional representa um direito fundamental e uma importante ferramenta para ressocialização. É importante reconhecer que a contribuição da educação prisional atravessa a aquisição de conteúdos escolares tradicionais, abrangendo também a aquisição de aspectos relacionados à convivência, respeito e novas perspectivas. Nesse processo, destaca-se a importância da atuação do professor como mediador da aprendizagem, mas também da construção de um ambiente de ensino humanizado. No entanto, é importante ressaltar que a educação, embora essencial, não garante por si só a ressocialização, uma vez que esse processo também depende da efetivação de políticas públicas direcionadas para educação carcerária. Dessa forma, conclui-se que fortalecer a educação nesses ambientes é essencial para garantir que o processo de ressocialização aconteça de fato na prática.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-178, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200003. Acesso em:16 mar. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

G1 BA. Detento de presídio da Bahia alcança 880 pontos no Enem para pessoas privadas de liberdade. *G1*, 26 jan. 2026. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 30 mar. 2026.BRASIL.

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: Planalto. Acesso em:16 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015**. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: Planalto. Acesso em:16 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução nº 3, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mar. 2009. Seção 1, p. 22. Disponível em: Portal GOV.BR. Acesso em:17 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: Planalto. Acesso em:18 mar. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em:16 jun. 2026.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Diretoria de Inteligência Penal. **Relatório de informações penitenciárias**: segundo semestre de 2024. Brasília, DF: SENAPPEN, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios. Acesso em:17 jun. 2026.

DA COSTA, Gabriel. Ressocialização: saiba como é o ensino para detentos. **Agência de Notícias CEUB**, 24 set. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.uniceub.br/educacao-e-saude/educacao-libertadora/. Acesso em: 29 set. 2026.

JOSÉ, Gesilane de Oliveira Maciel; TORRES, Eli Narciso da Silva. Docência no sistema penitenciário: o que as narrativas de professores revelam sobre a educação de adultos privados de liberdade. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, abr. 2019. ISSN 1982-9949. Disponível em: . Acesso em: 30 Ago. 2026. doi:https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12626.

ONOFRE, E. M. C.; MENOTT, C. C. Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, *[S. l.]*, v. 8, n. 15, p. 149–162, 2016. DOI: 10.31639/rbpfp.v8i15.146. Disponível em: https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/146. Acesso em: 6 ago. 2026.

PATRYCIA DE AMORIM, Yara; DE CARVALHO MENEZES, Aurelania Maria. A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: O Olhar do Professor sobre os Alunos Detentos e as Expectativas quanto ao Estudo e Vida Pós Prisão. **ID on line. Revista de psicologia**, *[S. l.]*, v. 16, n. 64, p. 91–103, 2022. DOI: 10.14295/idonline.v16i64.3659. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3659. Acesso em: 16 jun. 2026.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação; Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. **Plano estadual de educação para pessoas privadas de liberdade do sistema prisional de Pernambuco**: 2025–2028. Recife: Governo de Pernambuco, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/acesso-a-informacao/politicas-acoes-e-programas/politicas-penais/educacao/2025-2028/pe.pdf/@@display-file/file. Acesso em: 17 jun. 2026.

PESSOA DE OLIVEIRA SILVA, Daniel Lucas; LOPES COSTA FREIRE, Katia Regina. A EDUCAÇÃO PRISIONAL E O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. EE05, 2024. DOI: 10.21680/1984-3879.2024v24n1ID35054. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/35054. Acesso em: 15 jun. 2026.

QUINTAL, Renato Santiago; GOMES, Carlos Francisco Simões. A (in)viabilidade da educação e do trabalho como instrumentos de ressocialização de indivíduos encarcerados. **EccoS – Revista Científica**, *[S. l.]*, n. 57, p. e8905, 2021. DOI: 10.5585/eccos.n57.8905. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/8905. Acesso em: 30 jul. 2026.

SANTOS, Willian Lima. O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário. **Revista Rios**, v. 9, n. 9, p. 102-113, 2015. Disponível em: https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/536. Acesso em: 11 ago. 2026.